

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - BRUXELAS

Esta semana teve lugar a mini-sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas, destacando-se os seguintes debates:

Recursos próprios

O [PE aprovou](#) (399 votos a favor, 138 contra e 61 abstenções) uma [alteração à lei que rege as receitas da UE](#), a chamada «[Decisão Recursos Próprios](#)». Esta alteração, uma vez adotada pelo Conselho e ratificada por todos os países da UE, introduzirá [três novas fontes de rendimento](#): receitas provenientes do [comércio de licenças de emissão](#); recursos gerados pelo [mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço](#) da UE; e um recurso próprio estatístico temporário baseado nos lucros das empresas. Estes fundos são urgentemente necessários para reembolsar as dívidas contraídas no âmbito do fundo de recuperação *NextGenerationEU*.

Euro 7

Foi também aprovada a posição do PE sobre a [reformulação das regras da UE em matéria de homologação e fiscalização do mercado de veículos a motor](#) (Euro 7) (329 votos a favor, 230 contra e 41 abstenções). O [novo regulamento](#) atualizará os atuais limites para as emissões de gases de escape (como óxidos de azoto, partículas, monóxido de carbono e amoníaco) e introduzirá novas medidas para reduzir as emissões dos pneus e dos travões, bem como aumentar a durabilidade das baterias.

Sanções da UE contra a Rússia

O PE manifestou, numa [resolução adotada nesta sessão, a sua preocupação com as lacunas existentes no regime de sanções da União Europeia \(UE\) contra a Rússia](#). A resolução aponta para a capacidade da Rússia de contornar estas medidas. Os deputados apelaram assim à UE e aos seus Estados-Membros para que reforcem e centralizem a supervisão da aplicação das sanções e desenvolvam um mecanismo de prevenção e controlo da evasão. Instaram igualmente a UE a reforçar a coordenação da aplicação das sanções em vigor às exportações russas de petróleo, a encerrar adequadamente o mercado da UE de combustíveis fósseis de origem russa e a impor sanções a todas as grandes empresas petrolíferas russas, ao *Gazprombank*, às suas filiais e aos seus conselhos de administração e gestão. Foi ainda proposto o alargamento das sanções para incluir a proibição total da comercialização e corte de diamantes de origem russa ou re-exportados pela Rússia para a UE, assim como a exploração pela UE das vias legais que permitam confiscar bens russos congelados e a sua utilização para a reconstrução da Ucrânia.

Acesso à utilização de dados

Os deputados apoiaram ainda as [melhorias no acesso e utilização de dados](#), garantindo uma definição clara de segredos comerciais e de detentores de segredos comerciais, a fim de evitar transferências ilegais de dados e de fugas para países com regulamentações mais fracas no que respeita à proteção de dados. Procuraram evitar que os concorrentes num determinado domínio possam explorar o acesso aos dados para finalidades como a engenharia reversa ou os dispositivos dos seus rivais. O «Regulamento Dados» foi aprovado por 481 votos a favor, 31 votos contra e 71 abstenções, sendo agora necessária a aprovação formal do Conselho.

Outros debates:

- [Embaixadora da Boa Vontade do ACNUR discursa no PE](#)
- [Avaliação dos resultados do Conselho Europeu](#)
- [Acordo para restauração da natureza](#)

2. ALARGAMENTO - NEGOCIAÇÕES DE ADEÇÃO COM UCRÂNIA E MOLDÁVIA

A Comissão Europeia adotou esta semana (detalhe [aqui](#)) o **pacote do alargamento de 2023**, com uma avaliação pormenorizada do ponto da situação e dos progressos realizados pelos oito países formalmente candidatos à adesão à UE (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Turquia, Ucrânia, e República da Moldávia), bem como ao Kosovo¹ e à Geórgia.

Importa destacar que, face aos resultados que a Comissão considera terem sido alcançados pela Ucrânia e pela Moldávia, é recomendado que o Conselho inicie as negociações de adesão com ambos os países. Além disso, a Comissão recomenda que o Conselho adote os quadros de negociação logo que a Ucrânia e a Moldávia tenham adotado certas medidas fundamentais, sendo que a Comissão está pronta a apresentar ao Conselho, até março de 2024, um relatório sobre os progressos relativos a estas medidas.

Por outro lado, no caso da Geórgia, a Comissão recomenda, à luz dos resultados obtidos, que o Conselho lhe conceda o estatuto de país candidato, sob reserva do cumprimento de um conjunto de etapas.

Finalmente, e no tocante à Bósnia-Herzegovina, a Comissão recomenda a abertura de negociações de adesão assim que este país tenha atingido o necessário grau de conformidade com os critérios de adesão, considerando-se que deve envidar mais esforços para cumprir as principais prioridades estabelecidas no parecer da Comissão sobre o seu pedido de adesão à UE.

Identificamos, infra, as informações pormenorizadas e recomendações para cada país:

- Albânia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Bósnia-Herzegovina: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Kosovo: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Montenegro: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Macedónia do Norte: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Sérvia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Turquia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Ucrânia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Moldávia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)
- Geórgia: [Nota Informativa](#); [Relatório](#); [Ficha de informação por país](#)

Caberá agora ao Conselho apreciar as recomendações formuladas pela Comissão, sendo de prever que o Conselho Europeu de dezembro de 2023 possa tomar posição sobre os próximos passos.

Ainda neste âmbito, os membros da Comissão dos Assuntos Externos do PE questionaram o Comissário Europeu para a vizinhança e negociações de alargamento, Oliver Várhelyi, sobre o [futuro da política de alargamento da UE](#) e a situação nos países abrangidos pelo pacote do alargamento. O vídeo deste debate encontra-se disponível [aqui](#).

3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

REGI

A Comissão do Desenvolvimento Regional organizou uma [reunião interparlamentar dedicada ao tema «O futuro da política de coesão pós-2027: oportunidades, desafios e próximos passos»](#). A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação constituída pelos Deputados Jorge Botelho (PS) e Filipe Melo

¹ Esta designação não prejudica as posições sobre o estatuto, e está em conformidade com a Resolução 1244/1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

(CH), da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, João Azevedo Castro (PS), da Comissão de Assuntos Europeus, e João Barbosa de Melo (PSD), da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

A reunião contou com duas sessões de discussão relativas à *Política de Coesão - realizações, desafios e futuro* e às formas de *Melhorar a eficácia da Política de Coesão*. Durante o período de debate, os deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu focaram sobretudo a flexibilidade a política de coesão, a sua utilização durante as sucessivas crises e a necessidade de aumentar o seu financiamento, a relação desta política com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, nomeadamente a sua não substituição por este mecanismo, os resultados do 8.º relatório sobre a coesão e as perspetivas para o próximo relatório, a importância das medidas ambientais no âmbito da coesão como nova dimensão e a necessidade de reforma e revisão dos fundos para uma maior adaptação às necessidades das regiões e dos cidadãos, contribuindo para o seu desenvolvimento.

O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

IMCO

Os co-legisladores da UE chegaram a um [acordo provisório sobre novas regras para tornar as campanhas eleitorais e os referendos mais transparentes e resistentes a interferências](#). As novas regras regularão a propaganda política, nomeadamente em linha, prevendo ao mesmo tempo um quadro que permita aos atores políticos fazer propaganda mais facilmente em toda a UE. Neste sentido, a propaganda política deverá ser claramente rotulada, entidades de países terceiros não poderão patrocinar propaganda política na UE no período de três meses que antecede uma eleição ou referendo e apenas os dados pessoais explicitamente fornecidos para efeitos de propaganda política em linha e recolhidos junto da pessoa em causa podem ser utilizados pelos prestadores de serviços para visar os utilizadores. Estas regras acordadas dizem respeito apenas à propaganda política remunerada e incluem a possibilidade de aplicação de sanções periódicas em caso de infrações repetidas. O Conselho e o Parlamento precisam agora de adotar formalmente o acordo antes de as regras entrarem em vigor, sendo estas aplicáveis 18 meses após a entrada em vigor, enquanto as medidas relativas à prestação não discriminatória de propaganda política transfronteiriça (incluindo para partidos políticos e grupos políticos europeus) já serão aplicáveis às eleições para o Parlamento Europeu em 2024.

EMPL e FEMM

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros adotaram a sua posição sobre as [novas regras destinadas a conferir mais poderes, recursos e independência aos organismos nacionais para a igualdade](#). Os deputados procuram que os organismos nacionais para a igualdade sejam totalmente independentes de influências externas no desempenho das suas funções, na decisão sobre os seus objetivos e ações e, em particular, no que diz respeito à sua estrutura jurídica, responsabilidade, orçamento, pessoal, comunicação e organização.

JURI

A Comissão dos Assuntos Jurídicos adotou um parecer sobre um projeto de legislação que facilita o [reconhecimento da parentalidade em toda a UE](#), com o objetivo de manter e reforçar os direitos fundamentais das crianças, tanto menores como adultos, aumentar a segurança jurídica e reduzir os custos e a burocracia. A proposta permite o reconhecimento da parentalidade estabelecida num país da UE, a fim de garantir que as crianças gozem dos mesmos direitos ao abrigo da legislação nacional de outro Estado-Membro. As novas regras especificarão qual o tribunal e lei aplicáveis aos litígios transfronteiriços em matéria de parentalidade e

introduzirão um Certificado Europeu de Parentalidade (CPE), disponível em todas as línguas oficiais da UE, para facilitar o reconhecimento da parentalidade.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar adotou uma [resolução relativa aos seus objetivos na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - COP28](#). A resolução apela aos países desenvolvidos, incluindo a UE e os seus Estados-Membros, para que assegurem que o objetivo anual de financiamento da luta contra as alterações climáticas seja cumprido em 2023 e para que trabalhem num objetivo pós-2025 que ultrapasse o montante atual. A resolução reitera o pedido do Parlamento para que um mecanismo de financiamento público específico da UE forneça apoio adequado para cumprir os compromissos de financiamento climático da UE, recorda que os combustíveis fósseis são os que mais contribuem para as alterações climáticas e apela ao fim urgente de todos os subsídios diretos e indiretos a estas combustíveis, bem como reitera que a crise climática e de biodiversidade estão interligadas.

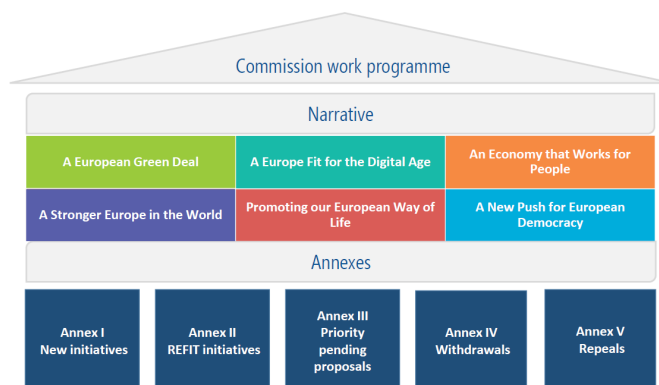
4. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA - SÍNTESE

Demos nota, na Síntese n.º [182](#) (ponto 3) da apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2024.

Na reunião semanal dos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas, os serviços da Comissão procederam a uma apresentação deste Programa, identificando as principais áreas e prioridades.

A apresentação pode ser consultada [aqui](#).

Commission work programme - structure



Sobre matéria conexa, importa igualmente dar nota de que, em reunião recente, os serviços responsáveis pela coordenação legislativa no PE apresentaram o **ponto de situação dos vários processos legislativos pendentes até final da atual Legislatura (abril de 2024)**. Esta apresentação está disponível [aqui](#). As **datas a reter** para a conclusão de processos legislativos ordinários (“co-decisão”) são as seguintes:

END OF 9TH LEGISLATURE – ORDINARY LEGISLATIVE PROCEDURE (OLP) CALENDAR: Key dates

11 July 2023:	CCC meeting - first exchange of views with Chairs.
Autumn 2023:	Committees through their Coordinators should conduct a political prioritisation process for OLP files by the end of October.
21 November 2023:	CCC meeting - updated exchange of views on the legislative priorities, also with the incoming Belgian Presidency.
5-9 February 2024:	last week to reach provisional agreements with Council in order for the file to be published before summer 2024.
11-15 March 2024:	last week to reach provisional agreements with Council in order for the file to be published in autumn 2024 under the corrigendum procedure.
12 March 2024:	CCC meeting - follow-up on state of play on remaining OLP files and outlook on the new term.
22-25 April 2024:	last plenary session 9th legislative term.



Em complemento desta informação, disponibilizamos, igualmente, a **tabela com o ponto de situação dos dossiês legislativos pendentes** que a Comissão Europeia atualiza regularmente, que pode ser consultada [aqui](#).

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EUROJUST²

A [4.ª reunião interparlamentar para avaliação das atividades da Eurojust](#) realizou-se esta semana em Bruxelas. Na reunião participaram membros dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, com o objetivo de avaliar conjuntamente as atividades da Eurojust. A Assembleia da República foi representada pelos Senhores Deputados Pedro Anastácio (PS) e Hugo Carneiro (PSD), indicados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e Jorge Seguro Sanches (PS) e Ricardo Sousa (PSD), indicados pela Comissão de Assuntos Europeus.

Os trabalhos, co-dirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, Juan Fernando López Aguilar, e pelo representante da Presidência Espanhola, Martínez-Maíllo Toribio, iniciaram-se com a adoção da agenda e considerações introdutórias, em que interveio também Ana Gallego, Diretora-Geral da Direção para a Justiça e Consumidores da Comissão Europeia. O primeiro painel incidiu sobre as [atividades da Eurojust durante o ano de 2022](#), cujo relatório foi apresentado pelo Presidente da Eurojust, Ladislav Hamran, tendo-se seguido, de imediato, uma apresentação, pela Vice-Presidente da Eurojust, Margarita Šniutytė-Daugėlienė, das [ações da Eurojust relativamente à guerra na Ucrânia](#). O terceiro e último painel versou sobre a cooperação entre a Eurojust e a Europol e contou com a participação de Jürgen Ebener, Diretor Executivo Adjunto da Europol, e Boštjan Škrlec, Vice-Presidente da Eurojust. Durante a troca de impressões, foram sobretudo suscitadas questões e preocupações relacionadas com as equipas conjuntas de investigação, a cooperação internacional e federalização da cooperação penal, o mandato de detenção europeu, o tráfico de seres humanos, a investigação e a perceção da corrupção, a articulação com a Procuradoria Europeia, a digitalização de processos e a qualidade das traduções das cartas rogatórias e outros documentos processuais, tópico fortemente vincado pela delegação portuguesa.

6. ESTADO DE DIREITO - ESPANHA

No âmbito das negociações para a formação de um governo em Espanha, após as eleições de 23 de julho passado, surgem notícias ([aqui](#), e.g.) de que o líder do Partido Socialista Operário Espanhol, Pedro Sánchez, terá chegado a acordo com vários partidos políticos, incluindo os da Catalunha. Este acordo incluirá uma lei de amnistia para os responsáveis políticos envolvidos no referendo pela autodeterminação na Catalunha realizado em outubro de 2017 (detalhe [aqui](#)). Esta lei deverá ser apresentada no Congresso espanhol nas próximas semanas.

Esta semana, e também tendo em consideração o relatório anual sobre o estado de Direito relativo a Espanha (disponível [aqui](#)), o Comissário Europeu Didier Reynders dirigiu uma carta ao Governo espanhol, em que refere essa possível lei de amnistia e solicita esclarecimentos sobre esse processo. A carta está disponível *infra*.

² Ponto elaborado por Ana Cláudia Cruz, assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias



7. COMISSÃO EUROPEIA

Novo plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais

A Comissão Europeia adotou esta semana um [novo plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais](#), com o intuito de permitir à região beneficiar antecipadamente de algumas das vantagens associadas à adesão, impulsionar o crescimento económico e acelerar a necessária convergência socioeconómica.

O novo plano assenta em quatro pilares:

1. Reforçar a integração económica com o mercado único da União Europeia, com ações em sete domínios: *livre circulação de mercadorias; livre circulação de serviços e trabalhadores; acesso ao Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA); facilitação do transporte rodoviário; integração e descarbonização dos mercados da energia; Mercado Único Digital; integração nas cadeias de abastecimento industriais;*

2. Impulsionar a integração económica nos Balcãs Ocidentais através do mercado comum regional;
3. Acelerar as reformas fundamentais;
4. Aumentar a assistência financeira para apoiar as reformas através de uma facilidade para as reformas e o crescimento nos Balcãs Ocidentais para o período 2024-2027.

Assim, todos os parceiros dos Balcãs Ocidentais serão convidados a preparar um programa de reformas com base nas recomendações existentes, nomeadamente no âmbito do pacote anual de alargamento e dos programas de reforma económica dos países. Este programa de reformas será elaborado em concertação com a Comissão e por ela avaliado e adotado.

As perguntas e respostas sobre o tema podem ser encontradas [aqui](#).

Transporte combinado

Foi adotada também uma proposta sobre o [transporte combinado](#), que visa tornar o transporte de mercadorias mais sustentável, melhorando a sua competitividade em relação ao transporte exclusivamente rodoviário. A proposta atualiza a diretiva sobre [ecologização do transporte](#) de mercadorias, procurando torná-lo mais eficiente e competitivo, reduzindo, pelo menos, 40% as externalidades negativas em comparação com as operações exclusivamente rodoviárias entre os mesmos pontos de partida e chegada.

A secção de [perguntas e respostas](#) está também disponível.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Turismo

Teve lugar no dia 31 de outubro a [reunião informal dos ministros do turismo](#), na qual foi assinada a [Declaração de Palma](#), subscrivendo os ministros o caminho para a sustentabilidade social do setor do turismo na União Europeia. As sessões de trabalho centraram-se na sustentabilidade social, entendida como uma forma de otimizar a riqueza que o turismo deixa no território, tendo a Presidência espanhola iniciado o debate sobre a forma de melhorar a convivência entre turistas e residentes e de alcançar um equilíbrio para que o turismo tenha um impacto benéfico.

Reunião informal dos ministros europeus responsáveis pelo Espaço

A [cooperação espacial](#) entre os países da UE para melhorar a vida dos cidadãos e impulsionar a transição digital e ecológica esteve no centro das conversações entre os ministros, assim como a importância de garantir a melhoria da autonomia europeia em termos de abastecimento, fornecimento e acesso ao espaço. Foi focada também a necessária redução da dependência tecnológica no domínio do espaço, tendo os ministros concordado que a UE deve trabalhar no sentido de reforçar a resiliência das infraestruturas espaciais e o acesso à autonomia no espaço. Os ministros reuniram-se ainda com os responsáveis da Agência Espacial Europeia (ESA), atualmente presidida pela Alemanha e que engloba um total de 17 dos 27 Estados-Membros.

Eurogrupo

No seu [formato habitual](#), os ministros debateram a evolução macroeconómica, com foco na inflação e nas eventuais implicações para a coordenação orçamental, refletindo sobre os principais desafios das perspetivas macroeconómicas e orçamentais para 2024. Foi realizado o primeiro debate centrado na [situação da competitividade da área do euro](#), nos desafios e nos principais compromissos políticos futuros. No [formato União Bancária](#), os ministros ouviram os relatórios semestrais dos presidentes do Mecanismo Único de Supervisão e do Conselho Único de Resolução e participaram num debate sobre a saúde do sistema bancário e

as medidas que ainda importa tomar para preservar a resiliência do sistema e dar resposta aos desafios futuros. Por fim, no [formato inclusivo](#), ministros prosseguiram a sua troca de pontos de vista com os participantes no mercado sobre o futuro dos mercados financeiros e de capitais europeus, com destaque para os investidores institucionais, incluindo fundos soberanos e fundos de pensões, e na participação de investidores não profissionais. As declarações do presidente do Eurogrupo após a reunião encontram-se disponíveis [aqui](#).

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

A reforma da governação económica foi o principal tema em destaque [nesta reunião](#). Os ministros trocaram também impressões sobre o ponto da situação do impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia, trocaram pontos de vista sobre a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e sobre os ensinamentos retirados do processo do Semestre Europeu. Foram aprovadas conclusões relativas às [estatísticas da UE](#). O Conselho e a Comissão adotaram [declarações](#) sobre a solução de dois pilares para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre Orçamento

Os ministros reuniram-se para [preparar a segunda reunião do Comité de Conciliação](#), com o objetivo de chegar a acordo com o Parlamento Europeu relativamente ao orçamento anual da UE para 2024.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos do Parlamento Europeu serão dedicados ao trabalho das comissões parlamentares e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [15 de novembro](#), com destaque para o *Pacote da Mobilidade de Talentos*, incluindo a *comunicação sobre a maximização do potencial desta mobilidade*, *legislação sobre a EU Talent Pool*, *recomendação sobre o reconhecimento das qualificações de nacionais de países terceiros* e *recomendação sobre o quadro de mobilidade para aprendizagem*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 13.11: [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#); [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Habitação](#)
- 15.11: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)

10. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, reunidos por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de outubro [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Ainda no âmbito de trabalhos académicos com relevância, importa dar nota de um [paper](#) a publicar pela *Review of Economics and Statistics*, na qual três investigadores (dois deles portugueses) analisam o impacto de consolidações orçamentais nos sistemas políticos e partidários. Com base na análise de cerca de 200 eleições em diversos países europeus, apresentam conclusões sobre as consequências políticas da austeridade orçamental, nomeadamente em termos de abstenção e da fragmentação política.

O *Expresso* publicou um artigo de opinião sobre esta matéria, disponível [aqui](#), sendo esta discussão particularmente relevante num momento em que estão a ser debatidas as propostas legislativas da Comissão Europeia para a reforma das regras de governação económica da UE (disponíveis [aqui](#)).

Bruxelas | 10 de novembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).